

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019 (Do Sr. JESUS SÉRGIO)

Insere dispositivos na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, de forma a prever o estabelecimento de critério para o reajuste anual do valor per capita para oferta da alimentação escolar e do programa dinheiro direto na escola.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São inseridos inciso VIII e parágrafo único, no art.16 e parágrafo único no art. 23, da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, com a seguinte redação:

"Art.16
VIII – estabelecer critério para reajuste anual dos valores <i>per capita</i> para oferta da alimentação escolar, no âmbito da execução da execução do PNAE.
Parágrafo único. "O critério referido no inciso VIII assegurará, no mínimo, a correção conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou índice equivalente que lhe venha a suceder". (NR)
"Art. 23
Parágrafa única. Os valores fivos o par capita dos requiros

Parágrafo único. Os valores fixos e per capita dos recursos referidos no caput serão objeto de reajuste anual, assegurada, no mínimo, a correção conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou índice equivalente que lhe venha a suceder". (NR)

Art.2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem recursos que, de fato, podem ser considerados insuficientes, mesmo com recente reajuste em 2017 - após quatro anos de congelamento.

Há uma falha no desenho dessa política: não há parâmetro para reajuste, deixando-se a decisão para o Conselho deliberativo do FNDE.

Os valores atualmente correspondem aos indicados no quadro abaixo.

ETAPAS/MODALIDADES	VALOR ANTIGO (2012)	VALOR REAJUSTADO 2017
CRECHE	R\$ 1,00	R\$ 1,07
PRÉ-ESCOLA	R\$ 0,50	R\$ 0,53
ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 0,30	R\$ 0,36
ENSINO MÉDIO	R\$ 0,30	R\$ 0,36
ENSINO MÉDIO EM TEMPO		R\$ 2,00
INTEGRAL		
EJA	R\$ 0,30	R\$ 0,32
QUILOMBOLAS E	R\$ 0,60	R\$ 0,64
INDÍGENAS		
PROGRAMA (NOVO) MAIS	de forma a totalizar o valor per	de forma a totalizar o valor <i>per</i>
EDUCAÇÃO	<i>capita</i> de R\$ R\$ 0,90	capita de R\$ 1,07
ATENDIMENTO	R\$ 0,50	R\$ 0,53
EDUCACIONAL		
ESPECIALIZADO (AEE) - no		
contraturno		

Fonte: Resoluções FNDE nos 38/2009, 8/2012 e 1/2017

Cabe ao Poder Público estabelecer uma **política de reajuste** – assim como faz com outros programas.

Assim, consideramos que a lei deva prever, em primeiro lugar, a obrigação de que **seja estabelecido um critério anual de reajuste**. Esta, nossa contribuição original.

Em segundo lugar este critério deve, no mínimo, promover a recomposição do valor corroído pela inflação - que volta a dar sinais de crescimento. Neste caso, inspiramo-nos na proposta contida no antigo PL nº 5.690, de 2009, de lavra do nobre Deputado Manoel Junior, proposição que foi arquivada.



O mesmo raciocínio aplica-se ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Conto com os nobres pares para a aprovação desta relevante proposta.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 2019.

JESUS SÉRGIO Deputado Federal – PDT/AC